

A ordem do discurso de Michel Foucault: 50 anos de uma obra que revelou o jogo da rarefação dos sujeitos e a microfísica dos discursos

Alex Pereira de Araújo*

Este ensaio celebra as cinco décadas da publicação do livro A ordem do discurso de Michel Foucault, realizando uma reflexão acerca de sua repercussão entre as ciências sociais e sobre seus usos, principalmente, no campo da linguagem na parte relacionada à análise do discurso de linha francesa. Portanto, trata-se de uma retrospectiva crítica cuja análise começa com a entrevista que Foucault concedeu algumas semanas antes de proferir esta aula aos brasileiros Sergio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior. Em seguida, o presente trabalho faz uma breve história da entrada de Foucault ao Collège de France e, por fim, lida com a microfísica do discurso que se encontra nesta aula, sobretudo, da rarefação do sujeito, além dos seus usos nas ciências humanas e sociais mais o campo da linguagem em torno da pragmática e das análises de discurso.

PALABRAS CLAVE: Michel Foucault – Arqueologia – Genealogia – Saber – Discurso.

This essay celebrates the five decades of the publication of the book The Discourse on Language by Michel Foucault, reflecting on its repercussion among the social sciences and on its uses in the field of language, mainly in the analysis of the French line discourse. Therefore, this is a critical retrospective whose analysis begins with the interview that Foucault granted a few weeks before giving this class to Brazilians Sergio Paulo Rouanet and José Guilherme Merquior. Then, the present work makes a brief history of Foucault's entrance to the Collège de France and, finally, deals with the microphysics of the discourse found in this class, above all, the subject's rarefaction, in addition to its uses in the human and social sciences plus the field of language in around pragmatics and discourse analysis.

PALABRAS CLAVE: Michel Foucault – Archeology – Genealogy – Knowledge – Discourse.

Introdução

Este ensaio procura refletir sobre a repercussão e sobre os usos da obra *A ordem do discurso* entre as ciências sociais e o campo da linguagem, nestas cinco décadas de sua publicação. Como se sabe, o livro corresponde ao texto integral que Foucault deveria apresentar em sua aula inaugural no *Collège de France*, no ano anterior; e como, assinala a nota do editor, por conta do horário, certas passagens tiveram que ser encurtadas e modificadas na leitura.

O ponto de partida desta reflexão é a entrevista que Foucault concedeu, poucas semanas antes de proferir sua célebre aula como professor do *Collège de France*, na cátedra *Histoire des Systèmes de Pensée*, aos brasileiros Sergio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior. Neste encontro,

Foucault falou que pretendia trabalhar com elaboração teórica das noções que aparecem no livro *A Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, quando perguntado qual seria a temática abordada em sua aula inaugural. Contudo, dizia que ainda não havia encontrado o objeto de seu discurso, “senão o paradoxo de uma aula inaugural” (Foucault; Merquior; et alii, 1996, p.42). A respeito de tal paradoxo, falaremos mais adiante.

Mas a justificativa da escolha desta entrevista como ponto de partida da discussão sobre *A ordem do discurso* se deve ao fato de que encontramos aí a sua primeira reflexão, a qual foi feita pelo próprio Foucault. Por outro lado, também precisamos algumas questões que estão ligadas diretamente às condições históricas de produção deste discurso que foi enunciado pelo autor de *As palavras e as coisas*. Em outras palavras, cumpre saber como Foucault chegou ao *Collège de France* e quais

* Licenciado em Letras. Fez Especialização em Leitura e Produção Textual na Escola e Mestrado em Letras: Linguagens e representações. É Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pelo PPGMLS da UESB, campus de Vitória da Conquista.

foram os nomes e modelos que ele se valeu para criar sua maquinaria teórica e como teve tanto sucesso? Depois de tentar responder tais questões, apresentamos a tese de que *A ordem do discurso* resulta do desejo de Foucault em criar uma teoria que pudesse dar conta dos problemas metodológicos que ele deixou de lado em *A Arqueologia do Saber*, ou seja, como trabalhar operacionalmente com os instrumentos que estão neste seu empreendimento que “não era nem completamente uma teoria, nem completamente uma metodologia”? (Foucault; Merquior; et alii, 1996, p.17). Por fim, este ensaio trata dos aspectos metodológicos e conceituais, além de sua repercussão entre as ciências sociais e humanas. Em suma, este é o plano da reflexão que o presente ensaio estruturou para a discussão empreendida aqui com base na obra de Foucault, das observações e advertências de Deleuze e com a paixão daqueles que se deixaram seduzir pelas palavras e as coisas ditas por este grande intelectual francês.

Como Foucault chegou ao *Collège de France*

Como se sabe a trajetória intelectual de Michel Foucault (1926-1984) começa a partir de 1961, quando publica seu primeiro grande livro que o inscreve como autor e celebridade acadêmica, encerrando-se em 1984, “com seus últimos livros publicados.” (Muchail, 2004, p.9). Em outras palavras, a publicação de “*Folie et Déraison*”, em 1961, e a repercussão de *As palavras e as coisas*, em 1966, tinham impulsionado seu sucesso como um jovem autor e como um promissor intelectual; mas a sua forma de aliar militância política com o trabalho intelectual o tornou célebre no cenário nacional que contribuiu muito para sua projeção internacional (Araújo; Milanez, 2018).

Após as manifestações de maio de 1968, que duraram três meses, parando todo o país; Foucault foi recrutado para implantar o departamento de Filosofia do *Centre universitaire expérimental de Vincennes*, instituição recém-criada para atender as reivindicações do movimento estudantil que deu início aos protestos de 68. Foucault também foi recrutado pelo Ministério da Educação para ajudar a finalizar a tão esperada reforma universitária do país.

Sua candidatura a vaga deixada, no *Collège de France*, pelo grande historiador da filosofia; Jean Hyppolite, seu amigo e ex-professor, era vista como “a sucessão natural”; pois foi ele quem orientou Foucault a encaminhar seu manuscrito sobre a loucura, rejeitado pelo professor Sten Lindroth, na Suécia, ao professor Canguilhem para ser transformado em uma tese na França. Foi também Jean Hyppolite quem o orientou em sua segunda tese, *Genèse et structure de l'Anthropologie* de Kant, em 1961. Neste mesmo ano, Foucault é nomeado examinador no concurso de entrada para a Escola Normal Superior, da qual

Jean Hyppolite era o diretor. Franco favorito, ele ainda contava com o apoio de Georges Dumézil e Georges Canguilhem. O primeiro foi aquele que o indicou para o posto diplomático em Uppsala, na Suécia, país onde Foucault começou a escrever “*Folie et Déraison*” enquanto exercia este posto. Dumézil também foi professor no *Collège de France* e havia se aposentado por conta da idade. Deixara a instituição antes de poder votar em Foucault, porque tinha que viajar para dar aulas nos EUA, contudo, solicitou aos antigos colegas o apoio à candidatura de Foucault (Eribon, 2011, p. 335). Já o segundo, foi aquele que orientou Foucault na tese que foi transformada em *História da Loucura*.

Outro nome importante para a chegada de Foucault ao *Collège de France* é Jules Vuillemin que em 30 de novembro de 1969, apresentou o projeto de criação da nova cátedra. Ele era um velho conhecido de Foucault que havia o substituído, em 1962, como chefe de Departamento na Universidade de Clermont-Ferrand, pois Vuillemin saíra para ocupar a vaga deixada por Maurice Merleau-Ponty, no *Collège de France*, em decorrência de seu falecimento prematuro em 4 de maio de 1961.

A eleição que escolheria Foucault como professor da nova cátedra, ocorreu no dia 12 de abril de 1970, cabendo a Jules Vuillemin apresentar os títulos da candidatura de Michel Foucault. O outro candidato, Gérard Lebrun, tinha sido professor da USP, entre 1960 a 1966, em uma cátedra mantida pelo governo francês. Foi ele quem foi responsável pela vinda de Foucault ao Brasil, em 1965.

Em 17 de junho, a nomeação de Foucault é efetivada pelo ministro da educação nacional, apesar da Academia das Ciências Morais e Políticas, não ratificar a escolha, como voz consultiva (Defert, 1999, p.32). O ministro deve ter levado em consideração o fato de que Foucault havia se tornado célebre, não apenas na velha Gália, mas para além de seus limites.

Como servidor público de seu país, Foucault ocupou postos diplomáticos na Suécia, Polônia e Alemanha como adido cultural e leitor, dirigindo a *Maison de France* de Uppsala, o Centro de Civilização Francesa em Varsóvia e o Instituto Francês de Hamburgo. Seria um tiro no pé, se o ministro da Educação Nacional não confirmasse a escolha da assembleia de professores do *Collège de France*. Além do mais, Foucault era uma espécie de queridinho das mídias, tanto impressa como televisiva e de rádio difusão.

Os anos seguintes da entrada de Foucault, nesta instituição renomada, vão mostrar que a decisão do ministro era a coisa mais certa a fazer, a julgar pelo número cada vez maior de ouvintes em seus cursos sempre concorridos.

Certamente que aqueles que não concordaram com sua escolha para o *Collège de France*, tiveram que reconhecer que “[...]seu trabalho representa o mais importante esforço

contemporâneo não só de desenvolver um método para o estudo dos seres humanos, mas de diagnosticar a situação atual de nossa sociedade.” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. XIII).

Os nomes que estão por trás de seu pensamento e de seu sucesso

Os nomes de Jean Hyppolite, Georges Dumézil e Georges Canguilhem vão aparecer no texto de *A ordem do discurso*, precisamente, na parte dedicada aos agradecimentos, espaço onde Foucault também explica que foi subvertendo aquilo que eles fizeram, que ele compôs seu modo de analisar os discursos e o que mais tarde ele vai chamar de dispositivo, precisamente, nos empreendimentos de *História da Sexualidade* (cf. Araújo, 2016; Araújo; Milanez, 2018).

Estes mesmos nomes aparecem, anteriormente, no prefácio da primeira edição de “Folie et Déraison”, na parte final, quando Foucault reconhece que, sem Georges Dumézil, ele não teria empreendido tal trabalho, “nem empreendido ao longo da noite sueca, nem concluído em pelo sol cabeçudo da liberdade polonesa.” (Foucault, 1999, p. 161). Agradece a Jean Hyppolite e, entre todos, a Georges Canguilhem, “que leu este trabalho ainda informe”, aconselhando “quando tudo não era simples”, o que lhe fez poupar muitos erros para mostrar que “pode haver muitos prêmios quando se é entendido.” (Foucault, 1999, p. 161).

Mas é em sua aula inaugural que Foucault revela que não poderia empreender suas pesquisas, cujo esboço tinha apresentado naquele momento, “se não tivesse, para deles” se valer, “modelos e apoios” que vieram justamente dos três nomes próprios que acabamos de mencionar (Foucault, 1996, p.70-71). Em outras palavras, foi com Georges Dumézil que Foucault diz que começou “analisar a economia interna de um discurso de modo totalmente diferente dos métodos de exegese tradicional ou do formalismo linguístico”, e também “a detectar, de um discurso ao outro, pelo jogo das comparações, o sistema das correlações funcionais” (Foucault, 1996, p.71). Ainda foi Dumézil que lhe ensinou “como descrever as transformações de um discurso e as relações com a instituição.” (Foucault, 1996, p.71). Em suma, o rigor de seus textos que caracterizam sua obra, lhe serviu de modelo, mesmo tendo se desviado ou se afastando de seu sentido. A respeito de Georges Canguilhem, Foucault reconhece que se quis aplicar tal método a discursos totalmente diferentes das narrativas lendárias ou míticas, esta ideia lhe ocorreu, sem dúvida, pelo fato de ter diante de seus olhos os trabalhos dos historiadores das ciências como Georges Canguilhem, que o fez compreender que a história da ciência podia ser feita com “um conjunto ao mesmo tempo coerente e transformável de modelos teóricos e de instrumentos conceituais.” (Foucault,

1996, p.71). Havia ainda muita semelhança entre a forma como Canguilhem atuava como intelectual e militava com a forma de Foucault. Na juventude, ele pertenceu ao Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas (CVIA), sendo influenciado pelo filósofo e pacifista Alain, pseudônimo de Émile-Auguste Chartier, que atuava como professor no renomado Liceu Henri IV de Paris em turmas de preparação para o exame de admissão na também prestigiada *École Normale Supérieure* (ENS). Por fim, Foucault reconhece que grande parte de sua dívida é para com Jean Hyppolite, cuja voz fazia ecoar “alguma coisa da voz de Hegel, e talvez ainda a voz da própria filosofia.” (Foucault, 2000, p.160). Continua dizendo que não pensa “que se tenha podido esquecer a força dessa presença, nem a proximidade que pacientemente ele evocava.” (Foucault, 2000, p.160). A propósito das questões que ele lançava, “muitos temas se organizavam, muitas pesquisas se abriram”, então, “não devemos nos enganar: todos os problemas que são os nossos – nós seus alunos de tempos passados e seus alunos –, todos esses problemas foi ele quem os estabeleceu para nós.” (Foucault, 2000, p.166). Durante o período do Pós-Guerra, Jean Hyppolite “nos ensinava a pensar as relações entre a violência e o discurso; ontem, nos ensinava a pensar as relações entre a lógica e a existência; ainda há pouco, ele nos propôs as relações entre o conteúdo do saber e a necessidade formal.” (Foucault, 2000, p.166). Foi o mesmo Jean Hyppolite quem ensinou que “o pensamento filosófico é uma prática incessante: que ele é uma maneira de colocar em ação a não filosofia, mas permanecendo sempre bem próximo dela, lá onde ela se liga à existência.” (Foucault, 2000, p.166). É esta a voz que Foucault gostaria que o precedesse em sua aula inaugural. Esta era a razão pela qual ele dizia ter sentido tanta dificuldade em começar; pois, a mesma voz que dizia que “se a teoria é cinzenta, é verdade a árvore de ouro da vida”, não estava mais ali para lhe dizer: “é preciso continuar”, sobretudo, agora com a sua ausência nesse recomeço que, paradoxalmente, se inicia com a aula inaugural de uma cátedra que tem a função de ocupar o espaço vazio de sua ausência.

Mas não podemos nos esquecer de outros nomes que foram grandes interlocutores de Foucault e de sua obra como Roland Barthes, Gilles Deleuze, Jules Vuillemin, Pierre Nora, Paul Veyne; Simone Signoret, Pierre Bourdieu; Arlette Farge, com quem Foucault escreveu um livro; Jacques Derrida, com quem se envolveu em uma polêmica briga sobre o prefácio da primeira edição de “Folie et Déraison”, dentre outros. Em suma, Michel Foucault é tributário e, ao mesmo tempo, herdeiro destes três grandes humanistas que contribuíram com o seu pensamento e com o sucesso de sua trajetória filosófica, demarcada pela não filosofia, cuja sua genealogia o leva a perguntar se podemos falar em aula inaugural ou em aula começo?

A aula inaugural ou aula começo?

Foucault refletiu sobre tal questão, alguns dias antes de tomar posse dessa nova cátedra, dizendo, na entrevista que concedeu aos brasileiros, assim:

A expressão é com efeito surpreendente. Pedese a alguém que comece. Começar absolutamente, é algo que podemos fazer se nos colocamos, pelo menos miticamente, na posição do aluno. Mas a inauguração, no sentido estrito do termo, só ocorre sobre um fundo de ignorância, de inocência, de ingenuidade absolutamente primeira: podemos falar de inauguração se estamos diante de alguém que ainda não sabe nada, ou que não começou ainda nem a falar, nem a pensar, nem a saber. E, no entanto, essa inauguração é uma aula. Ora, uma aula implica que se tenha atrás de si todo um conjunto de saberes, de discursos já construídos. (Foucault; Merquior; et alii, 1996, p.42).

Este fato não nos causa nenhum espanto, pois esta sua forma de refletir sobre a filosofia e a não filosofia fazia parte do *ethos filosófico kantiano* que ele tanto procurou seguir, colocando em prática em seu discurso e em seus empreendimentos.

Em uma certa ocasião, Roger Pol-Droit resolveu perguntar a Foucault como ele se definia, e a resposta foi a seguinte: “*Je suis un artificier*”, cuja tradução em português é “Eu sou um pirotécnico”. Esta definição evidencia um pouco qual era o espírito de Foucault, cuja formação em filosofia havia ainda mais contribuído para aumentar essa sua inquietação, característica daquilo que é considerado foucaultiano. Por outro lado, esta sua autodefinição mostra sua filiação com a filosofia praticada por Nietzsche que se autodefinia como sendo “uma dinamite”. Era esta figura que tinha sido eleita professor do renomado *Collège de France* cujo ritual de posse tinha uma data marcada que levaria, além dos convidados e membros da instituição, uma “bela turba” que não se intimidou com as barricadas da polícia da CRS. Mas como tal acontecimento se deu?

O ritual e seu grande dia: 2 de dezembro de 1970

O dia marcado para o ritual de entrada de Foucault na instituição foi 2 de dezembro de 1970. Sabe-se que no *Collège de France*, uma aula inaugural é o momento em que o novo membro catedrático toma posse de sua cadeira. A aula é parte do ritual. Todos os convidados devem receber uma brochura enumerada contendo o texto a ser proferido. Naquela ocasião, ele contava com 43 anos de idade.

Como professor do *Collège de France*, Foucault sabia que a instituição não era exatamente um lugar de ensino, pois, “como uma espécie de organismo de pesquisa: é-se pago para fazer pesquisas.” (Foucault, 1999, p.3). Também estava ciente que, durante os anos ficaria à frente de sua cátedra, ocupando a função de professor da instituição, não poderia dialogar com o público presente em seus cursos, porque, estatutariamente, o *Collège de France* não permite debates entre seus membros com os seus ouvintes, ou, ao menos dentro de suas instalações.

Anos mais tarde, Foucault desabafa no início de seu curso “*Em defesa da sociedade*”, que teve lugar no período de 1975 a 1976, dizendo assim: “[...] não considero estas reuniões de quarta-feira como atividade de ensino, mas antes como espécie de prestações de contas públicas de um trabalho que, por outro lado, deixam me fazer quase como eu quero.” (Foucault, 1999, p.3). Por conta disso, a sua performance devia ser sempre teatral, já que estava diante de ouvintes no *Collège de France*.

Mas, ao tratar da ordem do discurso, Foucault não perdeu a oportunidade para mencionar a forma como o institucional controla não apenas o que o sujeito diz, mas também o próprio sujeito e a forma de enunciar.

Naquele dia, como foi mencionado, ainda havia muitos policiais da CRS (*Compagnies républicaines de sécurité*) na região do *Quartier Latin* onde ficam o *Collège de France*, o Liceu Henri VI e o *Pantheon de la Sorbonne*, por conta das manifestações de maio de 1968.

Além da grande multidão que aguardava lá fora nos corredores, pois o anfiteatro tinha se tornado pequeno para o número de pessoas presentes, encontravam-se ali na cerimônia, figuras como Georges Dumézil, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, François Jacob, Gilles Deleuze... (cf. Eribon, 2011, p.334).

Antes de Foucault pronunciar a sua tal esperada aula, caberia ao administrador da instituição dar-lhe as boas vindas e franquear a palavra. Naquela ocasião, Etienne Wolff ocupava tal posto deste espaço que ele julgava ser o “*pays de la liberté*” (a terra da liberdade).

Foucault ao iniciar seu discurso-aula, diz que “ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.” (Foucault, 1996, p.5). Ora, este modo de começar não nos é nada estranho. Ao que parece, ele não só se refere à ausência da voz de Jean Hyppolite, como irá concluir seu discurso, mas também parece se referir aquilo que tinha dito a José Guilherme Merquior sobre esta cerimônia ser ou não ser uma aula inaugural.

Após cinco décadas, a sua aula acontecimento continua a provocar muitas discussões, sobretudo, em relação ao que ele identificou como *vontade de verdade*, tema preferido entre os filósofos que se dedicam aos estudos tanto estruturalistas como pós-estruturalistas e boa parte dos ditos foucaultianos.



Aqui vamos nos ater precisamente aquilo que julgamos ser um ponto muito negligenciado nas leituras sobre *A ordem do discurso* que é a discussão sobre a rarefação dos sujeitos e dos discursos com a *vontade de verdade*, conforme demonstraremos a seguir.

A rarefação dos sujeitos: seu jogo e a vontade de verdade

Em 1982, Foucault declara em *Sujeito e Poder* que, durante duas décadas, não teve como objetivo analisar, em seus trabalhos, “o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise”; mas, seu objetivo era criar “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos.” (Foucault, 1995, p.230).

Ora, esta declaração nos coloca diante daquilo que ele chama de *rarefação dos sujeitos* em *A ordem do discurso* (Foucault, 1996, p. 37). Em outras palavras, tal afirmação direciona nossa atenção para a rarefação do sujeito, o que nos leva a percebê-la como peça principal do jogo responsável pelos procedimentos que configuram a ordem do discurso sob a qual o próprio Foucault tem que se submeter neste ritual de entrada no *Collège de France*.

A rarefação do sujeito, neste caso, pode ser encarada como o modo do institucional afetar o sujeito e o discurso enunciado em sua fala ou como o jogo cujas regras determinam as condições de quem deve ocupar a função de titular do discurso,

qualificando-o para dizer e como enunciar tal discurso.

Em *A ordem do discurso*, Foucault fala de dois tipos de rarefação: a do discurso e a dos sujeitos; mas é em *A Arqueologia do saber* que aparece uma discussão a respeito da *formação das modalidades enunciativas* que encontramos indícios sobre estas duas formas de rarefação. A primeira está a cargo dos procedimentos internos do discurso, ou seja, ao comentário, a função autor e as disciplinas, enquanto a segunda, como falamos há pouco, diz respeito aos procedimentos ligados ao ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e a apropriação social dos discursos.

A este respeito, Foucault diz que “a fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus propósitos terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status* que tem o direito de articulá-lo[...].” (Foucault, 1972, p. 58). Desse modo, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.” (Foucault, 1996, p. 37).

Contudo, para compreender melhor este tipo de rarefação do sujeito, temos que “descrever também *os lugares* institucionais de onde o médico obtém seu discurso e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetivos específicos e seus instrumentos de verificação).” (Foucault, 1972, p. 58, grifo do autor).

Ora, isto pode explicar porque “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis”, ou seja, por

que umas se abrem a todos os ventos e são postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala”, enquanto outras “são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes)” (Foucault, 1996, p.37).

Tal constatação tem a ver com o fato de que “tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição” (Foucault, 1979, p. 247). A respeito deste último termo, Foucault diz que “geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido.” (Foucault, 1979, p. 247). Mas qual a relação entre estes dois tipos de rarefação com a questão da vontade de verdade?

Ora, o que são estes dois tipos de rarefação, senão duas formas de controlar a produção da “verdade” ou de fazer a sua manutenção? A identificação destes tipos de rarefação, como procedimentos de controle dos discursos, é fundamental para levar a cabo a *vontade de verdade*, em termos nietzschianos, na leitura que Foucault faz do filósofo alemão. Mas esta preocupação também é uma herança que Foucault herda de Canguilhem, o grande historiador das ciências, como ele mesmo diz em *A ordem do discurso*.

Então, a questão do *verdadeiro* e do *falso* era algo que não poderia ser ignorado nem na história do modo como nos tornamos sujeitos; nem, muito menos, na história da vontade de verdade, cujo jogo faz emergir uma *política da verdade*. Neste caso, temos que admitir que cada sociedade tem seu regime de verdade, pois, sem sombra de dúvida, “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.” (Foucault, 1979, p.14). Logo, “a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade.” (Foucault, 1979, p.14). E o que é a verdade, senão “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.” (Foucault, 1979, p.14).

A cátedra história dos sistemas de pensamento tinha, portanto, que lidar com tais questões e, especialmente, com o problema de encontrar um método apropriado para dar conta de suas demandas e Foucault percebe isso, ao dedicar boa parte do segundo momento de sua aula, aos procedimentos de sua análise. A maneira inovadora que ele lida com estas questões, vai repercutir em vários estudos no campo das ciências sociais e nas humanidades, como mostramos em seguida, logo adiante.

Os procedimentos da análise e a repercussão no campo da linguagem e humanidades

Sem sombra de dúvida, foram as críticas que sofreu antes e depois da publicação de *A Arqueologia do Saber*, que levaram

Foucault a escrever este livro e a colocar, em *A ordem do discurso*, quais seriam os procedimentos empregados em suas novas análises; embora negasse, com veemência, em muitas ocasiões. Foram tais críticas que o motivaram a pensar em respostas para esta ou aquela problemática, pois era preciso demonstrar como operacionalizar os conceitos apresentados nesta sua obra que refletia sobre sua fase arqueológica por meio de tais conceitos, como ele mesmo reconhece dizendo que, de imediato, “percebem-se [...] certas exigências de método que implicam.” (Foucault, 1996, p.51). Em outros termos, para empreender suas novas pesquisas, à frente da nova cátedra, quatro princípios ou regras deveriam ser observados por Foucault que os criou.

Estes princípios são: o *princípio de inversão* em face da rarefação do discurso, pois “é aqui que se faz necessário fazer intervir outros princípios de método”; seguido pelo *princípio de descontinuidade*, já que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.”. Quanto ao terceiro princípio, que é o *de especificidade*, “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.” (Foucault, 1996, p.53). E, por fim, há o *princípio de exterioridade* o qual devia ser responsável por “passar às suas condições externas de possibilidades, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa sua fronteira.” (Foucault, 1996 p.53).

Mas, para a análise, há quatro noções que deveriam servir de princípio regulador, que são: “a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade.” (Foucault, 1996, p.54). Cada uma delas se opõem a outras noções, de modo que o termo acontecimento vai se opor à criação, série à unidade; regularidade à originalidade e a condição de possibilidade à significação. Exatamente, são estas quatro últimas noções que dominam, modo geral, a história tradicional das ideias, “onde, de comum acordo, se procurava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época ou de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas.” (Foucault, 1996, p.54).

Portanto, “as noções fundamentais que se impõem agora não são mais as de consciência e de continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura.” (Foucault, 1996, p.56). Como devemos saber, estas eram noções que orientavam o trabalho dos historiadores até então. Foucault dizia se interessar, consideravelmente, por “tudo aquilo que pode haver de irregular, de casual, de imprevisível, num processo histórico.” (Foucault, 2006, p.98). Em razão disso, teve que mobilizar outras noções. Agora, ele precisava

lidar com as do acontecimento e de série, que, por sua vez, estariam ligadas a um jogo com as noções de regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação.

“ Como se observa, a noção do descontínuo tem um papel muito importante nos procedimentos que orientam a análise que Foucault propõe para lidar com os empreendimentos que serão realizados na nova cátedra. ”

Dessa forma, a análise que Foucault precisaria mobilizar para fazer a história dos sistemas de pensamento, havia que lidar com todo esse conjunto que não tinha a ver, “não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem ainda tomam como a história ‘viva’, mas com o trabalho efetivo dos historiadores.” (Foucault, 1996, p.57). Mas é justamente por aí que problemas filosóficos ou de ordem teórica surgem de forma assustadora nesta sua análise.

A primeira questão era: “se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração pelos filósofos?” (Foucault, 1996, p.57). Por outro lado, se forem tratados dessa forma, “como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras, que estatuto convém dar a esse descontínuo?” (Foucault, 1996, p.58).

Diante de tais problemas, Foucault reconheceu que “é preciso conceber entre essas séries descontínuas relações que não são da ordem da sucessão (ou da simultaneidade) em (várias) consciência;” demandando, ainda, a elaboração, “fora das filosofias do sujeito e do tempo”, de uma teoria das sistematicidades descontínuas.” (Foucault, 1996, p.58-59). Enfim, terá também que aceitar introduzir a causalidade como categoria na produção dos acontecimentos, que não são nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo, nem, muito menos da ordem dos corpos, pois são imateriais, mas é sempre na materialidade que eles se efetivam. Portanto, o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade* são “as três noções que deveriam permitir ligar à prática dos historiadores a história dos sistemas de pensamento”; então, são as “três direções que o trabalho de elaboração teórica deverá seguir.” (Foucault, 1996, p.60).

Diante de tais inconvenientes e seguindo esses princípios, Foucault decide, neste horizonte, tratar de dispor dois

conjuntos: o crítico e o genealógico. O primeiro seria responsável por colocar em prática o princípio da inversão, procurando cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação para mostrar como se formaram, respondendo, dessa forma, as necessidades, ou seja, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. Quanto ao conjunto genealógico, Foucault diz que ele colocaria em prática os outros três princípios, mostrando como se formaram independentemente ou com o apoio de tais sistemas de coerção e das séries de discursos, e também “qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação.” (Foucault, 1996, p.60-61). Em síntese, “a crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular.” (Foucault, 1996, p.65). Daí, “as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem.” (Foucault, 1996, p.69).

Como se observa, a noção do descontínuo tem um papel muito importante nos procedimentos que orientam a análise que Foucault propõe para lidar com os empreendimentos que serão realizados na nova cátedra, a ponto de uma edição do Petit Larousse que tinha saído nos anos de 1970, referir-se a Foucault como “filósofo que funda sua teoria da história na descontinuidade”. É claro que ele não concordou com tal definição, mas, “podemos dizer que ele foi, no mínimo, o impulsionador de um método de pesquisa histórica que teve muitos efeitos no estudo da subjetividade, do poder, do conhecimento, do discurso, da história, da sexualidade, da loucura, do sistema penal, por aí vai.” (Horrocks, 2013, p.5).

De qualquer modo, o próprio Foucault reconheceu que “uma coisa ao menos deve ser sublinhada: a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação.” (Foucault, 1996, p.70).

Em linhas gerais, por compartilhar com certas ciências empíricas, como “a sociologia e o direito, vários objetos, entre os quais as instituições, o corpo social, as relações de poder”, ou até mesmo o indivíduo em meio a totalização que sofre em decorrência das investidas do Estado, a obra de Foucault vem permitindo aos pesquisadores, e, mesmo aos leitores não especializados, ter acesso ao seu modo de refletir estes temas tão recorrente em seu pensamento, que conseguiu articular, utilizando os procedimentos que acabamos de falar, o engajamento político com o conceitual numa prática, conforme observa Lagasnerie (2014, p.50).

Esse seu modo de pensar tornou possível o aparecimento de outros tipos de análise do discurso que ainda se alimentam de suas investidas pragmáticas sobre a linguagem que também

acabaram influenciando áreas como a linguística e a filosofia da linguagem, conforme veremos na próxima seção.

As análises do discurso e a influência da microfísica discursiva de Michel Foucault

Esta análise do discurso que Foucault desenvolveu, acabou influenciando outras abordagens como aquela que foi difundida por Michel Pêcheux, inicialmente, chamada de *Análise Automática do discurso*, tornando-se mais conhecida como *A. D. de Linha Francesa*, além de uma versão britânica, apresentada por Norman Fairclough nos anos de 1980, nomeada de *Análise do Discurso Crítica*, cujas críticas a Foucault, parece, talvez, um sinal de uma leitura enviesada para não dizer equivocada ou desleixada.

Mas aquilo que Foucault revela como ordem do discurso nesta sua aula inaugural é talvez o que podemos chamar de *microfísica dos discursos*, que, por sua vez, está na ordem da microfísica do poder; ou seja, esta microfísica dos discursos tem uma ordem que é a que Foucault conseguiu desvendar, usando seu pensamento e intuição.

Ora, e por que Foucault teve a ideia de criar esta análise? Por que escolheu lidar com o discurso em seus empreendimentos arqueológicos? Ele estava convencido, ainda nos idos dos anos de 1960, “da soberania do discurso já suposta pela iconografia clássica” cujo postulado era: “tudo fala em uma cultura: as estruturas dão forma à ordem das coisas.” (Foucault, 2000, p.81).

Talvez seja por isso que ele tenha investido cada vez mais junto com Barthes em torno de uma pragmática que vai desvendando a linguagem e os signos não verbais, como fez especialmente em *As palavras e as coisas*, obra que foi muito bem acolhida pelos estudiosos da literatura no Brasil, bem como em *História da Loucura na Idade clássica*, ao analisar pinturas, gravuras e obras literárias do período renascentista.

A noção de *formação discursiva* que ele apresenta formalmente em *A Arqueologia do Saber*, vai ser de muita utilidade para a análise do discurso cunhada por Michel Pêcheux, assim como a discussão sobre a função de sujeito e a subjetividade; além, é claro, do conceito de discurso, percebido como um conjunto de enunciados que, apesar de sua dispersão, pertencem a uma mesma formação discursiva, por conta do princípio de regularidade (cf. Brandão, 1998, p.28).

As práticas discursivas e a hipótese que Foucault apresentou nesta sua aula inaugural, demonstram a dimensão social e política que envolve o discurso, que por sua vez, resultam do modo como o poder e o saber atuam sobre os sujeitos para poder controlar o que é dito e como deve ser dito por meio da rarefação. Este caráter social dos discursos aparece na *Análise do discurso Crítica* como algo tributário de Foucault;

contudo, costuma se falar que, no trabalho de Foucault, há duas lacunas, ou seja, “primeiro, a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que se vê a ação humana unilateralmente constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar, e, segundo, a falta de análise empírica de texto.” (Ramalho; Resende, 2006, p.18).

Ora, o que é um texto, senão uma ocorrência discursiva que é materializada por práticas discursivas e que estão sob a ordem de sua *microfísica* que Foucault chamou de ordem do discurso? Quanto ao que a ADC trata como ação humana unilateral, constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar, é preciso lembrar que “desde o século XVI, uma nova forma política de poder se desenvolveu de modo contínuo. Essa nova estrutura política, como todos sabem, é o Estado.” (Foucault, 1995, p.236). A sua força está a cargo de mobilizar duas técnicas: a de individualização e dos processos de totalização. Trata-se de uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Além dessa força, Foucault identificou três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos que, certamente, estão ligados tanto a rarefação dos sujeitos quanto de seus discursos.

Em todo caso, se o poder está em toda parte, como seus empreendimentos mostraram, o discurso é um dos principais meios pelos quais o poder é exercido. É isso que revela sua microfísica do poder que não existiria se não tivesse por trás de si, uma microfísica do discurso, a qual articula poder e saber, contribuindo para o surgimento de dispositivos e das epistemes.

Em seus empreendimentos Foucault teve que lidar com dois significados para a palavra sujeito: “sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de sua consciência ou do autoconhecimento.” (Foucault, 1995, p.235). Apesar de ambas sugerir uma forma de poder que subjuga e sujeito, fica claro que há uma forma que consegue burlar, por meio da consciência, o poder do Estado, como uma espécie de “contrapoder”, daí a existência das lutas contra certas formas de subjetivação.

É justamente para dar conta de tal rarefação que uma nova análise do discurso aparece sob o nome de *Análise Pragmática do Discurso*. Ela está voltada para estes dois tipos de rarefação, além dos processos de subjetivação e de identificação de que fala Foucault. Portanto, tal análise tem o compromisso com o desejo de Foucault em lidar com a história do modo como nos tornamos sujeitos em uma sociedade como a nossa. Quem propõe suas bases é Alex Pereira de Araújo que buscava lidar com a *Análise Discursivo-desconstrutiva*, e acabou criando outra análise (cf. Araújo, 2019).

Como podemos verificar, esta nova análise também é tributária de Foucault, o que nos mostra o quanto seu pensamento continua vivo e ecoando em nós, razão pela

qual, dedicamos esse ensaio, que celebra o advento de uma microfísica do discurso, cujo seu nascimento ocorreu em 2 de dezembro de 1970, momento em que Foucault revela ao mundo a ordem do discurso.

Considerações finais

Ao longo deste ensaio, tentou-se responder primeiramente à questão: por que falar de um livro que completa meio século de sua existência? Em outras palavras, o que ele tem de tão especial assim para que se celebre os seus 50 anos? Certamente que tal questão implica outras como: o que falar e como trazer para o presente suas condições históricas de produção? Esta última questão nos remete a uma outra precedente: o que teria levado seu autor e a editora a querer publicar tal obra?

A intenção em falar sobre os 50 anos deste livro demonstra o quanto tal obra continua viva e aberta, permitindo (indefinidamente) a construção de novos discursos, que atualizam de forma solidária e dizendo *enfim* o que estava articulado silenciosamente nesta aula, em seu formato de livro, e naquele lugar em que os ouvintes não podem fazer questionamentos. Em razão disso, optamos em dar um lugar de destaque a rarefação dos sujeitos que perpassa a do discurso que estão sob o jogo da vontade de verdade. Enfim, foi isso que procuramos fazer aqui neste espaço onde “o tempo se torna sujeito” para conservar todo o passado na memória, tendo “o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeçar.” (Deleuze, 1988, p.115) ●

Referências

Araujo, A. P. (2016). *Memória: corpo e poder na arqueogenealogia do sujeito no discurso fílmico de horror*. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

Araujo, A. P. (2019). *Quem somos nós? – a identidade do professor nos PCN e nas orientações curriculares: sob a perspectiva discursivo-desconstrutiva*. S/L: Exu Edições Virtuais.

Araujo, A. P.; Milanez, N. (2015). Para além de Vigiar e punir: o controle social do corpo e a recodificação da memória popular em filmes de horror. – Buenos Aires: *Revista Unidad Sociológica*, 2(4), 56-64.

Araujo, A. P.; Milanez, N. (2018). O lugar da memória e da história na arqueogenealogia foucaultiana. In.: E. Quadros (org.). *Memória: estudos interdisciplinares*. Salvador: EDUNEB.

Brandão, H. H. N. (1998). *Introdução à análise do discurso*. – 7ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Deleuze, G. (1988). *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant’Ana Martins; revisão Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, G. (1992). Michel Foucault. In: G. Deleuze. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Dreyfus, H.; Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Eribon, D. (2011). *Michel Foucault. Edição revista e ampliada*. – Paris: Champs Biographique.

Foucault, M. (1972). *A Arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves, revisão técnica Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France: pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola (coleção Leituras Filosóficas).

Foucault, M. (1996). Entrevista com Michel Foucault por Sérgio P. Rouanet e J. P. Merquior. In: S. P. Rouanet (org.) *O homem e o discurso – a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Foucault, M. (1999). Prefácio de Folie et Déraison. In: M. Foucault. *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro – Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos e Escritos I).

Foucault, M. (2000). Jean Hyppolite (1907-1968). In: M. Foucault. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos e Escritos II).

Foucault, M. (2006). “Eu sou um pirotécnico”. In: R. Pol-Droit, *Michel Foucault: entrevistas*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Horrocks, C. (2013). *Entendendo Foucault*. Ilustração de Zoran

Jevtic. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: LeYa, 2013.

Lagasnerie, G. (2014). Que signifie penser? In: F. Caillat (Org.). *Foucault contre lui-même*. Paris: PUF.

Muchail, S. T. (2004). A trajetória de Michel Foucault. In: S.T. Muchail. *Foucault, simplesmente: textos reunidos*. São Paulo: Edições Loyola.

Ramalho, V.; Resende, V. M. (2006). *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto.